

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Manuais de Etiqueta e Civilidade e sua Influência na Condução Social Feminina no Brasil (1940- 1960)¹

*Manuales de Etiqueta y Cortesía y su Influencia
en la Conducción Social Femenina en Brasil
(1940-1960)*

*Etiquette and Civility Manuals and their
Influence on Women's Social Conduction in
Brazil (1940-1960)*

Gláucia da Rosa do Amaral Alves
Universidade Franciscana - Brasil
gluciadoamaral@gmail.com

Elsbeth Léia Spode Becker
Universidade Franciscana - Brasil
elsbeth.geo@gmail.com

Como citar este artigo:

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral; BECKER, Elsbeth Léia Spode. Manuais de Etiqueta e Civilidade e sua Influência na Condução Social Feminina no Brasil (1940-1960). **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 42 - 65, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Manuais de Etiqueta e Civilidade e sua Influência na Condução Social Feminina no Brasil (1940-1960)¹

Manuales de Etiqueta y Cortesía y su Influencia en la Conducción Social Femenina en Brasil (1940-1960)

Etiquette and Civility Manuals and their Influence on Women's Social Conduction in Brazil (1940-1960)

Resumo

As sociedades, ao longo da História, criaram códigos com o objetivo de nortear as relações entre grupos e pessoas. No Brasil, os manuais de etiqueta e civilidade eram utilizados com a pretensão de formar uma burguesia emergente, desejosa em aparentar boas maneiras, especialmente, nas primeiras décadas do século XX. Este artigo é decorrente de pesquisa sobre o cotidiano feminino no período de 1940 a 1960. Foram utilizados três manuais de civilidade e regras de etiqueta como fontes empíricas, objetivando uma revisão histórica de aspectos da vida das mulheres no contexto do Brasil, com a finalidade de recuperar uma História pautada na invisibilidade. Os manuais analisados eram consultados por mulheres de elite que neles se espelhavam para desempenhar papéis comportamentais na sociedade e permitiram descrever fragmentos esparsos da vida das mulheres, pelo grande número de regras sociais que normatizavam seu comportamento.

Palavras-Chave: História das Mulheres; Educação; Papéis Comportamentais.

Resumen

Las sociedades a lo largo de la historia, han creado códigos con el objeto de guiar las relaciones entre grupos y personas. En Brasil, los manuales de etiqueta y ciudadanía fueron utilizados con la pretensión de formar una burguesía emergente, deseosa de aparentar buenas maneras, especialmente en las primeras décadas del siglo XX. Este artículo es resultado de la investigación sobre el cotidiano femenino en el periodo de 1940 al 1960. Fueron utilizados tres manuales de civilización y reglas de etiqueta, como fuentes empíricas, objetivando una revisión histórica de aspectos de la vida de mujeres en el contexto brasileño; con la finalidad de recuperar una historia pauteada en la invisibilidad. Los manuales analizados eran consultados por mujeres de elite, de las cuales se esperaban que se desempeñaran papeles de comportamientos determinados en la sociedad; así permitieron describir fragmentos escasos de vida de las mujeres, debido al gran número de reglas sociales que normatizaban su comportamiento.

Palabras-Clave: Historia de las Mujeres; Educación; Papeles de Comportamiento.

Abstract

Societies, throughout history, have created codes with the aim of guiding relations between groups and people. In Brazil, manuals of etiquette and civility were used with the pretense of forming an emerging bourgeoisie, desirous of appearing good manners, especially in the early decades of the twentieth century. This article is a result of research on women's daily life from 1940 to 1960. Four civility and etiquette manuals were used as empirical sources, aiming at a historical review of aspects of women's life, in the context of Brazil, with the purpose of

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

recovering a history based on invisibility. The analyzed manuals were consulted by elite women who mirrored themselves in them to perform behavioral roles in society and allowed to describe sparse fragments of women's lives by the large number of social rules that normalized their behavior.

Keywords: History of Women; Education; Behavioral Papers.

Introdução

O termo 'etiqueta' significa um "conjunto de normas de conduta, protocolo e civilidade" e se refere a "tornar-se cortês, civil, bem-educado" (HOUAISS, 2001, p. 476). A etiqueta social pressupõe um conjunto de regras que não estão necessariamente escritas, mas que estão estabelecidas socialmente e, por isso, ganham conotação no processo educativo. A etiqueta social pode variar de acordo com o período temporal, a cultura de cada época, a região geográfica e, assim, pode-se inferir que cada povo, em cada época, possui códigos de etiqueta e civilidade e disso se depreendem os manuais de etiqueta e civilidade.

A civilidade é o conceito norteador da etiqueta e baseia-se na harmonia das relações humanas entre cidadãos, a partir dos códigos de etiqueta e de ética, de regras de conduta regidas pelo respeito e pela cordialidade. A civilidade, no contexto da humanidade, nasce das normas estabelecidas pelas expressões verbais e corporais (comportamentais) e, posteriormente, se reverte em códigos escritos, no sentido de ordenar a disciplina e a organização da moral social e da convivência, com boas maneiras, entre os indivíduos do grupo. A trajetória das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social e envolve não somente a questão da etiqueta, mas também a civilidade e diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros.

Todas as sociedades, ao longo da história, criaram códigos com o objetivo de nortear as relações entre grupos e pessoas. Antes mesmo do uso da imprensa, na Europa, já havia manuscritos latinos, franceses, ingleses, italianos, entre outros, que descreviam, em versos fáceis de memorizar, as boas maneiras.

Originalmente, não se falava em civilidade, mas em cortesia, portanto, o conceito de cortesia antecede o conceito de civilidade. Cortesia, segundo Elias (1939), refere-se às formas de comportamento das grandes cortes feudais. Mas, ainda durante a Idade Média, o conceito vai perdendo sua limitação e passa também a se referir aos comportamentos dos círculos burgueses. Com a lenta extinção da nobreza guerreira e a formação de uma nova aristocracia ao longo dos séculos XVI e XVII, "o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável" (ELIAS, 1939, p. 23).

No século XIX, completa-se uma fase importante do processo de civilidade, na lenta efetivação das sociedades democráticas é, também, importante refinar as maneiras, controlar gestos e dominar as pulsões. As atitudes de civilidade estão diretamente ligadas aos desejos da diferenciação e da distinção social,

1 Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

pois, segundo Elias (1939), as regras de boas maneiras têm como principal função tornar o homem distinto e de bom comportamento nas altas esferas da sociedade.

Nessa perspectiva, entende-se que, tanto a conotação da descrição de etiqueta quanto de civilidade, há imposição de regra de conduta para sociedade. Essa conduta, conforme Elias (1939), pode sofrer mudanças ao longo dos séculos, nos quais se alteram os comportamentos dos indivíduos durante o processo social, do controle das emoções, dos gestos, da fala, do modo de se vestir e se portar frente aos outros.

Cabe ressaltar que o espaço público era, predominantemente, destinado aos homens, e às mulheres, cabia o espaço privado, uma vez que eram destinadas a prover os cuidados da família, ocupar-se com os afazeres domésticos e, em público, portar-se com extrema delicadeza e regidas pelas boas maneiras.

No Brasil, segundo Cecchin e Cunha (2007), inúmeros manuais de etiqueta circulavam no final de século XIX, com a pretensão de formar uma burguesia emergente, desejosa em aparentar boas maneiras. Mas foram as primeiras décadas do século XX que marcaram fortemente os currículos das Escolas Normais enredados por livros que compunham o material didático utilizado em aulas de Educação Moral e Cívica, Economia Doméstica, Trabalhos Manuais, Higiene, Puericultura, Literatura, Didática e Boas Maneiras. É possível verificar, também, a influência dos manuais de etiqueta e civilidade disponibilizados nas Escolas Normais e nas Faculdades dedicadas à formação de licenciados (professores).

A partir da análise dos manuais de etiqueta e civilidade, conforme Alves e Witter (2015), é possível inferir que tais materiais serviram como base para o refinamento do comportamento feminino na emergente elite brasileira, ou seja, determinaram a construção gestual e comportamental do gênero, independentemente dos processos de transformações sociais na vida das mulheres.

Na primeira metade do século XX, no Brasil, os manuais foram reeditados e reimpressos por serem recordes de vendas e traduzirem o desejo de uma educação enraizada nos ideais masculinos, que permitiam afirmar a desigualdade entre homens e mulheres. Atenta-se para o fato de que esses exemplares, em sua grande maioria, já haviam sido lançados em décadas anteriores em países da Europa e foram traduzidos e importados para o Brasil na intenção de civilizar a sociedade brasileira.

Desse modo, na tentativa de evidenciar qual era o discurso propagado por meio dos manuais de etiqueta e civilidade que legitimaram e normatizaram o comportamento feminino, o corpus de análise, neste artigo, baseou-se em cinco manuais de etiqueta e civilidade (1940-1970)², apresentados em cinco subcapítulos: Etiqueta Social: como obter e desenvolver a personalidade (1943); Civilidade ou Código das Boas Maneiras (1956); Aparência social:

2 A biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição! – FIC (atual Universidade Franciscana – UFN), foi criada em 19 de dezembro de 1953 e foi autorizada a funcionar em 31 de março de 1955, pelo decreto nº 9.613, assinado pelo então presidente João Café Filho, com os cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas, tem um acervo de 22 manuais e destes foram analisados cinco manuais que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

conselhos a minha filha (1965), A educação cívica das mulheres (1967); Guia de Boas Maneiras (1976).

Intentou-se, nessa análise, recontar como se constituía o modelo de sociedade, em cada uma das décadas, por meio de interpretações a partir do contexto histórico, evidenciando o papel da mulher na sociedade brasileira.

Etiqueta Social: Como Obter e Desenvolver o Encanto e a Personalidade (1943)

O primeiro manual a ser analisado é intitulado Etiqueta Social: como obter e desenvolver o encanto e a personalidade, de autoria de Iracema Soares Castanho, publicado no ano 1943. Possui 333 páginas e está dividido em vinte e cinco (25) capítulos. Embora a autora não faça menção que o público-alvo eram as mulheres, fica implícito, já na organização do índice, que a obra se refere ao universo feminino.

Esses dados podem ser evidenciados nos subtítulos que garantem tal afirmação. Os “cuidados com o corpo”; a “*maquillage*” e seus preparados”; “graça e encanto”; “casamento e etiqueta”. É possível aludir que as dicas tendem a conduzir o universo feminino à normalização de um padrão aceitável. Vale frisar que estes manuais se destinavam, em suma, às mulheres brancas da classe média, definindo suas prioridades e funções, tornando-as naturais. No entanto, essas mulheres serviram como referência, do que seria considerado certo ou errado, para toda a sociedade brasileira.

Para os diversos setores do ambiente citadino, as leis naturais tinham estabelecido o lugar das mulheres no lar e o dos homens na vida pública. Juntar seres tão diversos e com destinação social diferente se constituía numa inobservância das leis divinas e da natureza; subverter essa ordem seria desobedecer a Deus. Uma educação diferenciada para meninos e meninas, de acordo com a herança do passado, não poderia ter seus princípios alterados por ser antinatural e fundamental para a estabilidade do arcabouço familiar. Em nome de Deus, da Família e da Pátria, se mantinha o lugar das mulheres restrito ao recesso do lar, e as diferenças biológicas se constituíam em aval para a opressão e submissão aos jogos do poder (ALMEIDA, 2014, p. 339).

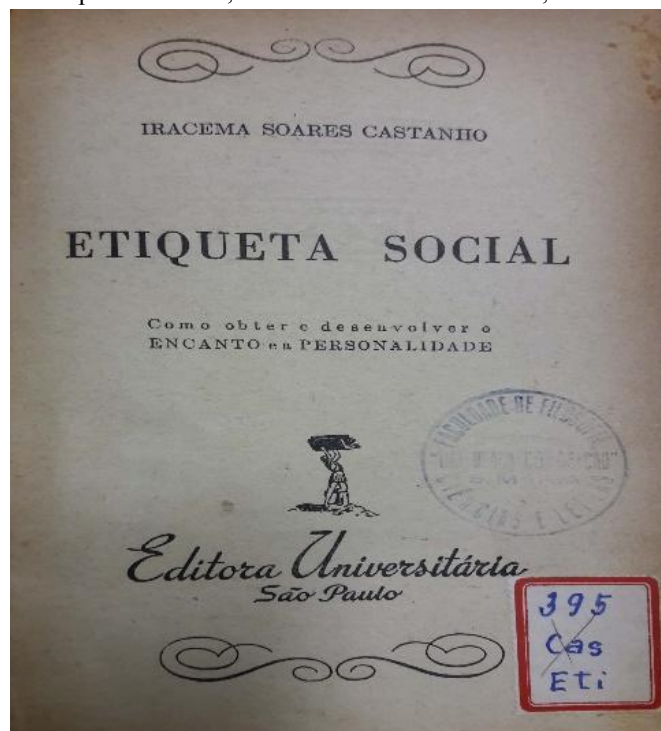
A partir dessa perspectiva, o guia foi escrito com a finalidade de corrigir os considerados “erros” do cotidiano, normatizando as condutas sociais e modelando o comportamento feminino, de acordo com os valores da época, ou seja, condizentes com a sociedade patriarcal do período. Nesse sentido, a etiqueta, segundo a autora, tornava-se crucial, ela era “um meio a mais de atingir a tão almejada eficiência da vida moderna e dinâmica” (CASTANHO, 1943, p. 02).

Nesse período, na década de 1940, o Brasil estava em processos de transformação política, e iniciava-se o período do governo Getúlio Vargas (1882-1954). Complementa-se que, que o período de transição entre a Primeira

República (1889-1930), agroexportadora, para o período da Segunda República, a Era Vargas, caracterizou-se pela passagem gradativa do sistema agrário-exportador para o sistema urbano-industrial de cunho nacionalista. Emergia, assim, uma nova elite urbano-industrial e, também, a classe trabalhadora das indústrias de base (capital estatal) e das indústrias de bens de consumo não-duráveis (capital privado nacional). Portanto, o Brasil estava em processo de transformação política, econômica e, conseqüentemente, social. E nesse cenário, gêneros femininos e masculinos tinham papéis sociais bem delimitados, ou seja, os homens objetivavam fins operários, políticos e econômicos, enquanto as mulheres deveriam voltar-se aos cuidados do lar. Mas a nova Constituição do Estado Novo, ainda com pressupostos do patriarcado, legava alguns direitos civis (voto) e trabalhistas às mulheres. Alguns trabalhos eram, preferencialmente, incumbência das mulheres, como, por exemplo, o magistério. A feminização do magistério, especialmente o primário, é uma marca da profissão docente. Segundo Corrêa (1988), em 1933, 85% do professorado primário era de mulheres; em 1944, 90% e, em 1958, 93%.

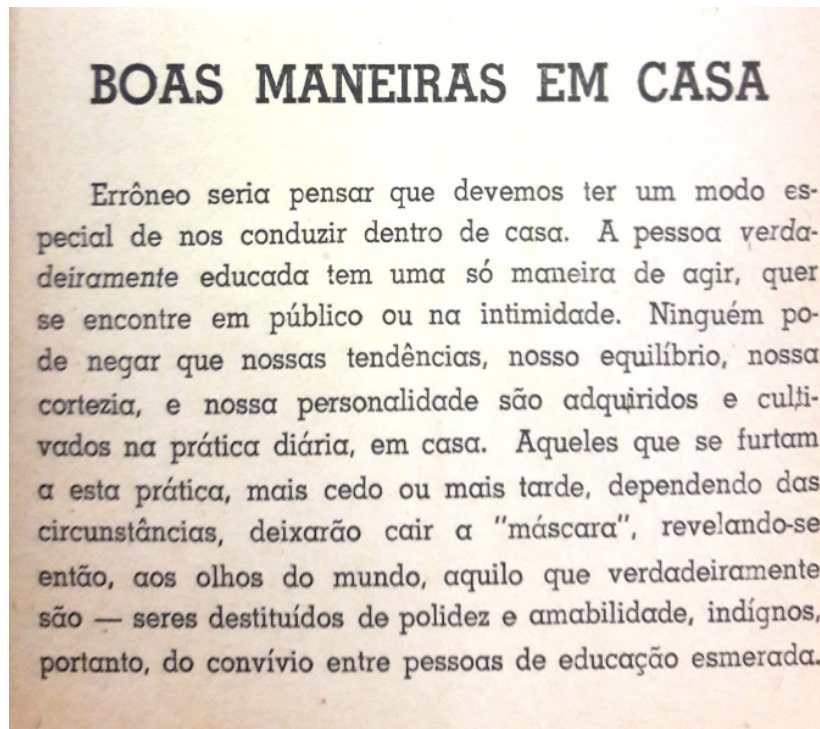
Nesse contexto, cabia à mulher educar os filhos, cuidar da casa, receber bem e saber portar-se em ocasiões sociais. Por conseqüência, o referido manual tem um significado que vai além do saber se portar “encanto e a personalidade”, representavam o êxito na vida, isto é, tudo que uma mulher deveria saber para conseguir um bom casamento e mantê-lo, elevando, dessa maneira, a figura do homem, o responsável pela segurança econômica do lar, competindo a ela uma boa educação para seus herdeiros. Na figura 1 (a e b), a capa do manual e o excerto.

Figura 1 – Capa do manual Etiqueta social: como obter e desenvolver o encanto da personalidade, de Iracema Soares Castanho, 1943



Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

Figura 2 – Excerto sobre as recomendações das boas maneiras em casa



Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

Corroborando com essa ideia, o primeiro capítulo, intitulado “O verdadeiro significado da etiqueta”, apresenta uma breve explicação a respeito da necessidade das boas maneiras, não como, algo banal mas relacionado a todas as fases do desenvolvimento humano, ou seja, intrinsecamente ligado à moral, algo essencial à vida. Tais “preceitos estarão, de tal modo gravado em nós, que sua observância se terá tornado uma simples questão instintiva” (CASTANHO, 1943, p.134).

Desse modo, a autora refere-se às marcas sociais que ficam “inscrites” em nós, é possível observar que as mulheres, mesmo educadas, refinadas e instruídas para tais atividades, tudo parece mostrar que o produto final desse processo instrutivo seria uma boa criação e educação no âmbito familiar, logo, competia à mulher a educação dos filhos, ou seja, uma vocação natural à essência da mulher. Revel (1991, p. 185) acrescenta que:

As regras de civilidade visam criar entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito e, cada vez mais, conforme as reforçadas exigências da religião. Impunham a seus leitores comportamentos que satisfaziam as normas de uma sociabilidade cada vez mais imperativa situando todo ato individual sob o olhar de todos.

É implícito que as regras caracterizam as relações sociais dentro do cotidiano dos indivíduos reproduzindo modelos que serviram de instrumento para manter a ordem social e moral, conduzindo à delicadeza e ao bom-tom.

No segundo capítulo, “Que vêm a ser encanto e personalidade?”, a autora direciona seu discurso à necessidade de conhecimento da etiqueta e civilidade. Segundo Castanho (1943), era essencial, para ampliar uma imagem virtuosa e bem-sucedida, moldar a própria personalidade, requisito indispensável para o

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

caminho da vida moderna. Nota-se, que a etiqueta e a civilidade transformaram-se em atributos que norteavam a formação do caráter e influenciavam diretamente na personalidade, ou seja, a honestidade.

Nessa perspectiva, os manuais representaram muito além do que uma questão de ter dinheiro, era crucial ser “elegante”, “e, para isso, precisava dominar as artes, desde a pintura, a escultura, a visita a museus, ter conhecimento sobre história do mobiliário, ser conhecedora dos ‘buquês’ dos vinhos, “melhorar” o vocabulário e agir com “moderação” (PEREIRA, 2006, p. 06). Em outras palavras, as boas maneiras representavam transformações que demarcavam a posição social dos indivíduos.

O terceiro capítulo, “As bases da beleza e saúde”, apresenta ensinamentos a respeito dos cuidados com a alimentação e com a beleza, que, segundo Castanho (1943), eram considerados os pilares da personalidade. Para a autora, cuidar da alimentação representava a impressão que se desejava deixar para os outros. Essa ideia esteve embasada em uma ideia higienista, na qual a necessidade da limpeza estava associada à boa conduta social, ou seja, os pilares de diferenciação dos indivíduos estavam pautados na valorização da beleza e da saúde.

Em nome da saúde e do bem-estar do indivíduo, o corpo passou a ser alvo de diferentes métodos disciplinares, entendidos como um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram: as aparelhagens para corrigir as anatomias defeituosas, os banhos de mar, as medições e classificações dos seguimentos corporais, a modelagem do corpo pela atividade física, a classificação das paixões, a definição do que seriam desvios sexuais, por exemplo, compunham um conjunto de saberes e práticas voltados para a educação da gestualidade, a correção do corpo, sua limpeza e higienização (GOELLNER, 2013, p. 37).

Dentro dessa ótica, observou-se que a necessidade desses hábitos exigia um cuidado de si e que a educação deveria ser incorporada ao cotidiano de homens e mulheres. A partir desse entendimento, estariam garantidos o progresso e o controle das doenças e, acima de tudo, a distinção social.

O quarto capítulo, “Os cuidados com o corpo”, e o quinto capítulo, “A maquiagem e seu preparado”, apresentam, em suma, as obrigações que as mulheres deveriam ter com o seu corpo, isto é, a autora busca reforçar e estabelecer regras minuciosas para difundir um ritmo e disciplina distintos de um mundo considerado perigoso e profano para as mulheres. Mediante isso, é possível perceber no excerto abaixo que

Toda mulher que aspira ao encanto dispensa particular atenção aos cabelos, olhos, rosto, braços e mãos, pois que estes se encontram sempre em evidencia. Mas, ao mesmo tempo, não ignora, em hipótese alguma, os demais cuidados devidos ao corpo talhe e o porte, a boca e os dentes, conquanto estejam menos expostos a exame (CASTANHO, 1943, p. 36).

A partir desse fragmento, percebe-se que a ideia de embelezamento está

atrelada à única maneira da mulher demonstrar ao seu marido ou pretendente que o amava, uma máxima reducionista do papel feminino na sociedade moderna brasileira dos anos de 1940. De modo geral, tinham que estar belas e com saúde para seus namorados, noivos ou maridos, já que estavam se cuidando para eles. Tais recomendações e ensinamentos acerca da beleza se colocavam na construção social e cultural das relações de gênero.

Assim, torna-se possível inferir que a figura da mulher dos anos 1940 estava centrada no controle de seus gestos e atitudes, ou seja, toda ação tem, como pressuposto, método e controle corporal impostos por uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, como convinha a uma jovem bem-educada e civilizada, ou, em outra ótica, doutrinada para bem servir o provedor da família, o homem.

O ideal de beleza, a boa aparência e o corpo saudável eram características consideradas requisitos essenciais a todas as mulheres, em especial, às casadas, pois estas deveriam ser representantes diretas do que seria considerado modelo exemplar para o cumprimento da função de esposa, representado por meio do cuidado e aparência pessoal. A respeito dos vestígios citados anteriormente na vida das mulheres, as que não alcançassem tais atributos teriam maiores dificuldades de casar-se, fato de extrema relevância para a sociedade do período. Esses cuidados traduziam-se na felicidade dentro do casamento, e a beleza seria fundamental para manter a harmonia conjugal.

O sexto capítulo, “Graças e encanto”, destaca a necessidade de ter o controle dos movimentos, a ideia de exercitar as técnicas e doutrinarem suas pulsões, suas expressões e atitudes. Tudo deveria ser controlado, ou seja, moldado partindo do ideal social. A partir do século XIX, houve um movimento para que mulher fosse abnegada, sua função deveria estar voltada ao cuidar-se e cuidar da família.

Esse fato está relacionado ao país estar vivenciando a queda da Monarquia e o início da Primeira República, cuja preocupação esteve voltada para a educação dos indivíduos, logo, tornava-se emergente a educação feminina. Frente a essa afirmação, é possível identificar, no fragmento abaixo:

A verdadeira graça não é senão o reflexo da serenidade íntima, da beleza e do encanto. E assim, quem a procura obter, terá que exercitar tanto o corpo como o espírito, mantê-los sob rigoroso controle. [...] pessoa graciosa é a aquela que sabe ter movimentos simples e naturais, fáceis e eficientes. Movimentos que em seu conjunto tanto agradam à vista como despertam a ideia de equilíbrio e encanto, de bem-estar” (CASTANHO, 1943, p. 69).

Esses pontos são considerados fundamentais para se atingir a meta das famílias e boa moral do Brasil, ou seja, um bom e lucrativo casamento, num período em que bons costumes, tradições e imposições doutrinárias são considerados sinônimos de educação.

O sétimo capítulo, “O vestuário como fator da personalidade”, caracteriza a roupa como a expressão da personalidade, enfatiza a ideia do discreto da neutralidade das cores, além de trazer dicas como o ideal de roupa para passeio à tarde, esportivo, a rigor, semiformal para noite, passeio na rua, chás, bridge e visita, lanches, jantares em restaurantes, hotéis, teatro, casamento, viagens,

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker



vestuário de luto.

Como nos faz referência Elias (1939), o vestuário é o corpo do corpo. A maneira de vestir revela o estado da alma. Tendo em vista essas especificidades, é preciso evidenciar que, por meio da roupa, se expressam signos, os quais definem o que se considera ser digno, decente. Vestir-se bem correspondia ao sinônimo de sociabilidade e bem-estar, no que diz respeito às sociedades ocidentais.

E nesse contexto, não seria um equívoco afirmar que o homem social é um homem bem-vestido. Diante disso, “ao revistar os usos e costumes, sociabilidades, memórias particulares de um determinado grupo social, tentamos resgatar quais as intenções dos homens ou mulheres que construíram essas significações através das quais expressavam a si próprios e ao mundo” (SILVA, 2009, p. 24).

Diante disso, a autora enfatiza a necessidade de se utilizar joias, no entanto, sem exageros. As joias representam a ascensão social do marido e êxito nos negócios, uma mulher sem joias representaria a decadência de seu marido.

No oitavo capítulo, “Apresentação e cumprimentos”, são apresentados elementos considerados essenciais como a apresentação dos convidados, a qual consistia em uma obrigação da dona da casa, como o ato de cumprimentar e apresentar. O conhecimento a respeito de tais regras se tornava elemento fundamental na distinção social. A autora ainda defende que uma boa apresentação trará prazer ao convidado, fato que resultará em uma bela impressão a respeito dos anfitriões. Nas entrelinhas, o que realmente se esperava era demonstrar aos convidados a fina educação recebida pela mulher, sinônimo de alegria e honra para o marido.

O nono capítulo, intitulado “A conduta em lugares públicos”, descreve como se portar nos lugares públicos, o cuidado com o tom de voz e acima de tudo, como as mulheres devem se portar ao lado dos homens. Castanho (1943, p. 111) afirma que:

Em público, deve a pessoa bem-educada orientar seus atos pelos dois princípios seguintes: Nunca fará nada que chame atenção sobre si ou seu companheiro. Nada fará que atinja os direitos alheios ou se torne inconveniente a outra pessoa. Além disso, terá de se familiarizar com certas normas de conduta em lugares públicos, de modo a poder conduzir-se convenientemente, com segurança e equilíbrio.

Dessa maneira, por meio do discurso de Castanho (1943), fica evidente que uma mulher que não soubesse se portar em público estaria condenada a rótulos, correndo o risco de se tornar um fardo para os familiares. Nesse sentido, “as mulheres deveriam cultivar-se para viverem em sociedade e serem agradáveis aos homens” (ALMEIDA 2014, p. 344).

Aqui existe a necessidade de ampliar a análise, afinal, as impressões caminham e dialogam com a grande busca do período: a desejada felicidade da família, um dos pilares do governo populista de Getúlio (1937-1945) e para a qual não se pode esquecer que o Brasil adentrou na Segunda Guerra Mundial (1942), as mulheres foram chamadas à missão de amparar e cuidar dos soldados e familiares, logo, compete à mulher cuidar-se e cuidar da família enquanto aos homens surge uma nova atribuição nacional: participar como

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker



apoio aos Estados Unidos. Mesmo sabendo que, no início da guerra, o Brasil assume a posição de “neutralidade”, logo a pressão de Roosevelt faz com que Vargas adentre no conflito:

Internacionalmente, é um momento de particular importância para a participação das mulheres no mundo do trabalho: elas se tornam necessárias como substitutas dos homens que vão à frente da luta-essa participação, razoavelmente longa, poderá provar sua capacidade funcional e eficiência social. Não obstante, o mesmo movimento ideológico que direciona as mulheres para fora do monopólio da domesticidade em favor” do esforço da guerra”, como se diria então, findando o conflito, redireciona o fluxo de trabalhadoras para “ a volta ao lar”, para cuidar dos “heróis cansados”...e lhes deixar os postos de trabalho (MOTTA, 2012, p. 88).

Surgia um novo conceito de feminilidade no Brasil, em que a mulher deveria ser participativa, cooperativa e solidária com a luta dos homens.

No décimo capítulo sobre “Notas, recados e cartas”, a autora apresenta como saber escrever consiste em ser “*chic*”. Castanho considera que as mulheres deveriam ter ambição social, por consequência, ler e escrever tornaram-se uma porta para o mundo em que se desejava entrar. Saber escrever tornava-se tão importante quanto um belo vestido ou uma joia. A escrita e, assim, a caligrafia segundo Castanho (1943, p. 133), contam uma história:

O papel em que uma senhora escreve suas cartas ou notas não deve ser tomado como um mero artigo de “papelaria”. É alguma coisa mais, escolhida, pessoal, distinta. Seu papel de cartas não deverá nunca ser pautado nem trazer uma orla dourada. Também não rebuscado ou excêntrico, artístico. São abomináveis os papéis de carta fortemente perfumados. Já os que exalam uma leve fragrância, como se fossem apenas as reminiscências de contato como outros objetos de seu “*boudoir*”, não são passíveis de crítica. Um perfume tão leve que chegue a causar dúvida sobre sua presença ali.

Todavia, esse fato pode estar relacionado à presença do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois, com os soldados brasileiros nos campos de batalhas, emergiu a necessidade da criação de amparo para os soldados. Darcy Vargas (1895-1968) criou a campanha, “madrinhas do combatente”, a LBA (Legião Brasileira de Assistência). Com o intuito de fortalecer e diminuir o sofrimento dos homens na Guerra, as mulheres foram convocadas para trocar correspondência com soldados, além das namoradas, esposas e noivas, madrinhas, adolescentes, jovens, senhoras casadas e anônimas. Nessas trocas de cartas, os soldados lhes enviavam pedidos de mantimentos, roupas, recados para as famílias e minimizavam os sonhos e desejos sentimentais e sexuais.

O décimo primeiro capítulo, intitulado “Boas maneiras em casa”, aponta prescritos com os cuidados e as obrigações que uma “boa” dona de casa deve ter com seu marido e a criação dos filhos. Toda a educação e paz do lar é responsabilidade da mulher e ela é responsável pela organização da harmonia e bem-estar de todos os integrantes da família “como de direito, a autoridade nas causas domésticas” (CASTANHO, 1943, p. 152).

Cabe aqui lembrar que, com a convocação dos homens aos quartéis, nos quais deveriam aguardar até ir para o campo de batalha, deveria a mulher enfrentar as dificuldades no sustento dos filhos. Nessa mesma linha, no capítulo doze, “Pessoal de serviço”, a autora reforça a importância de alguns cuidados com os empregados, “a boa dona de casa faz o bom criado”, e apresenta algumas precauções a serem tomadas na relação patroa e criados:

Os modos de uma boa dona de casa para com seus empregados, são cortesias e sensatos, mas cheios de firmeza. Nunca perde a serenidade e nunca também faz de sua empregada uma confidente. Não aceita nunca um serviço que tenha sido feito pelo melhor, mas também não corrige os empregados diante dos outros. É sempre justa. Por outro lado, seria difícil presidir a uma casa, com todas as suas tarefas, sem conhecer por si mesmas essas tarefas. Boa dona de casa é aquela que, se for necessário, numa emergência, saberá “ir para cozinha” (CASTANHO, 1943, p. 155).

Atenta-se para o fato de que o que está por trás das dicas de Castanho (1943) é a necessidade de guardar os segredos íntimos e privados da família. Ao criar laços com os criados, segredos poderiam ser revelados, além de uma intimidade que jamais deveria ocorrer entre patrões e criados. Aí percebe-se que os manuais contribuiriam para doutrinar e determinar uma hierarquia social, definindo o papel e o lugar das mulheres na sociedade, normatizando os comportamentos considerados adequados, estabelecendo modelos e ideais de feminilidade.

No décimo segundo capítulo, “Boas maneiras à mesa”, a autora reforça a necessidade de saber portar-se à mesa, bem como conhecer os talheres, pratos, o momento de começar a comer e quando começar a servir. Cabia a dona da casa a missão de distribuir cada convidado, segundo o grau de importância social e sexo, ao redor da mesa. À ela era reservado o papel de anfitriã, isto é, a responsável pelo teor e rumo que a conversa adquiriria durante o jantar. Evidencia-se que é ela quem tem a incumbência de, discretamente, ordenar que se servisse a mesa.

Não ingênuo seria se, ao menos simplista, pensar que a mulher, por exercer essas funções, estivesse em posição de igualdade em relação ao homem. Na verdade, o que ocorre é que esse papel da mulher à mesa estava atrelado a um ideal dominante no período em que o homem teria coisas mais importantes para fazer e não deveria se preocupar com esse tipo de tarefa. Não que o jantar não fosse valorizado enquanto ato social, pelo contrário, era e muito, o que ocorria era que tudo o que fosse ligado à função da mulher, como dona de casa, no caso, a organização de um jantar, deveria ficar restrito à figura feminina.

Isso nos leva a observar que o fragmento abaixo apresenta um dos inúmeros cuidados que a mulher deve ter à mesa, como o cuidado ao beber para não manchar o copo. Não que esse feito estivesse somente ligado ao fato de não ser de bom-tom, mas porque tal atitude viria a envergonhar seu marido ou pai:

Antes de tomar água, lembre-se cada qual de limpar os lábios com o guardanapo, de modo que não fiquem manchas de gordura na borda do copo. É claro que não se tomará água ou qualquer outro líquido,

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

com alimento ainda na boca. Os copos de “pé” ou taças devem-se segurar pela base do seu arqueado. Enquanto o polegar e o indicador seguram aí, ou pelo menos sustêm nesse ponto o copo, os três dedos restantes podem envolver o “pé”. Os copos simplesmente seguram-se pela base e não pelas bordas (CASTANHO, 1943, p. 164).

Esses conhecimentos indicavam a boa educação que a esposa havia tido, fator que garantiria um belo olhar da sociedade da época.

No décimo quarto capítulo, “Vinhos, licores e cardápio”, a autora apresenta o vinho como um costume das mais antigas civilizações. No decorrer da leitura, Castanho (1943) faz questão de reforçar que a cozinha francesa sempre esteve ligada ao vinho, fato já citado anteriormente, a França ditou as regras de etiqueta e civilidade para o mundo. Além disso, a autora sugere uma lista de vinhos e suas melhores safras, o que representaria o poder aquisitivo da família.

No décimo quinto capítulo intitulado “Recepção em geral”, são descritas as transformações sociais que estão acontecendo durante a referida década e a necessidade de aprender a receber e decidir por si mesma. Uma boa dona de casa deveria estar preparada para qualquer situação, uma mulher “moderna”, bonita, que pensa a respeito da importância da alimentação e dos cuidados com o lar para sua família e que possui conhecimento sobre regras de polidez, estabelecendo um importante veículo de distinção social para sua família.

Para Pilla (2004), o ato de saber recepcionar representava muito além do que receber significa, na verdade, estar “civilizado”, dominando perfeitamente a harmonia dos pratos à mesa, local no qual são compartilhadas as ideias, culturas, saberes. “Se o “homem é aquilo que come”, o que gosta de comer representa seu caráter, portanto, se gosta de alimentos refinados, seu gosto lhe confere qualidade e distinção” (PILLA, 2004, p. 62). Ou seja, esse é um espaço privilegiado, em que os grupos sociais marcam sua distinção e constroem sua identidade social, saber receber e o que servir representam o estilo de vida e a que estrutura social pertence.

O décimo sexto capítulo, “Atuais requisitos de cortesia”, descreve a necessidade da pontualidade. Ser pontual, no entendimento de Castanho (1943), representa a boa etiqueta. Esse item é ressaltado devido aos atrasos femininos em virtude do embelezar-se, fato que acabava por desagradar o universo masculino e não era de bom-tom. Outro aspecto bastante frisado é o cuidado com os “vícios”, como fumar, visto que tal hábito, no período, se tornou moda, era considerado um sinônimo do mundo civilizado.

No décimo sétimo capítulo, “A arte de ser a dona de casa ou hóspede”, apresentam-se os cuidados que a dona de casa deveria ter com os hóspedes e visitas. Cabia à dona de casa a arte de convidar e recepcionar e seu desempenho era medido pelo ato de receber visitas. No entanto, não poderia esquecer de ter a delicadeza de dar espaço ao marido para que ele pudesse fazer as honras da casa. Uma “esposa inteligente, procurará dar ao seu marido a oportunidade de revelar seu dom hospedeiro amável, não tomando a si mesma as honrarias e os encargos” (CASTANHO, 1943, p. 225). Sendo assim, esse é um cenário dedicado às representações femininas, ou seja, constituía um espaço para apresentar todas as suas “prendas domésticas”.

O décimo oitavo capítulo, “Juventude e etiqueta”, salienta a necessidade das boas maneiras, o cuidado com os ensinamentos desde a infância. As mulheres deveriam ser instruídas a uma educação que as preparasse, exclusivamente, para o lar, jamais contribuindo para sua emancipação. Seus princípios deveriam estar pautados na moral e na vida religiosa. A delicadeza tornava-se requisito fundamental para a vida de uma boa moça, casar, educar os filhos era considerado uma dádiva.

A autora ainda apresenta regras que deveriam ser passadas para as meninas quando estivessem participando de festas e bailes. Caberia à mãe ensinar a filha a ser amável e dócil. No entendimento de Castanho, “uma menina educada não se recusará a dançar sobre pretexto de cansaço. A menina sorrirá ao par evitando parecer menos amável” (CASTANHO, 1943, p. 243).

O décimo nono capítulo, “O bom gosto no emprego dos nomes”, relata a importância ao cuidado da pronúncia correta dos nomes, fato que representaria o círculo social que a família pertenceria. Nada mais deselegante do que a troca de nomes. A pronúncia correta do nome representa o domínio a respeito da linguagem escrita e oral, ou seja, seu acesso à educação, reorientação de poder econômico e intelectual.

No vigésimo capítulo, “Nomes e cartões de visitas”, são apresentadas dicas de como fazer convites e cartões. Este capítulo reflete as transformações sociais, econômicas e políticas em que a década de 1940 vivia, como o processo de industrialização e urbanização. Tornava-se necessário causar uma boa impressão, e o cartão de visita significava a representação do prestígio econômico e social de cada família.

O vigésimo primeiro capítulo “A etiqueta no mundo dos negócios”, ressalta o discurso em torno das condutas que deveriam ser seguidas no mundo dos negócios. Representa os requisitos para atingir êxito e surpreender os colegas no meio de trabalho. A arte de dominar a etiqueta no mundo dos negócios reflete o êxito tanto no meio privado quanto no público. Se o lar é um ambiente alegre e calmo, isso resultará no sucesso do marido no mundo dos negócios. Logo, cabia à mulher manter o equilíbrio da casa e a felicidade conjugal e dos filhos.

No vigésimo segundo capítulo, “Berço e babadores”, a autora apresenta esse momento como um novo mundo na vida da mulher, ressaltando que este seria um momento a ser comemorado e celebrado com todos os familiares e amigos. A maternidade constituía uma consequência natural do casamento, visto que o papel da mulher estava relacionado à condição de procriar. Caso isso não ocorresse, ela seria considerada impura e infértil, o que, durante muitos anos, possibilitou ao homem ter mais de uma esposa ou buscar outros meios para a procriação e a vinda de herdeiros, com o intuito da manutenção da herança histórica viva. Isto porque a necessidade de procriação é um hábito naturalizado entre os homens, uma vez que diversas culturas permitem tal manifestação.

Nesse contexto, a gravidez na vida das mulheres tornava-se “um impressionante estado de poder. Se, por um lado, ela reproduzia a maldição lançada sobre Eva, dar à luz em sofrimento, por outro, transformava-se, como mãe, sinônimo de abundância e riqueza” (DEL PRIORE, 2013, p. 113). A mulher que não pode engravidar é vista, na perspectiva religiosa, como



pecadora ou portadora de um mal. Somente com as mudanças, no século XX para o XXI, iniciou uma manifestação na medicina como no próprio movimento feminista, a mostrar que a mulher, antes de tudo, é um ser biológico e, assim, como qualquer outro, é capaz de ter ou não filhos o que não interfere na formação do caráter e nem na sua construção de “mulher”. Del Priore (2013) ainda corrobora nesse sentido ao apresentar que os números de abortos não eram raros devido às dezenas de gravidez que as mulheres tinham.

O vigésimo segundo capítulo, “A arte de palestrar”, ressalta a importância da arte da conversação, na qual uma mulher deveria ter o domínio e conhecimento a respeito do diálogo, seja na literatura, música ou dança. O mundo dos negócios não deveria ser o foco. Segundo Castanho, “para agradar os ouvidos numa conversa comum, é necessário que sua voz seja moderada, cheia, tão ressonante ou musical quanto possível” (1943, p. 296). Caberia a uma esposa zelosa jamais perturbar seu marido falando de assuntos banais e, sim, deveria deixá-lo conduzir a conversa sem reclamar.

No vigésimo quarto capítulo, “Casamento e etiqueta”, a autora enfatiza a importância do cuidado com as roupas em uma cerimônia de casamento, além dos cuidados que mulher deveria ter como a responsabilidade do seu enxoval e do novo lar (cama, mesa e banho). Uma mulher solteira estava condenada a rótulos, correndo o risco de se tornar um fardo para os familiares. As solteironas “são dignas de pena; mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina” (PINSKY, 2012, p. 478). O casamento, desse modo, era percebido como a única forma de “realização”, e a maternidade, uma “dádiva” de Deus. Assim, também, o zelo e a honra deveriam ser requisitos essenciais.

De acordo com o artigo 240 do Código Penal em 1940, o adultério era considerado crime com pena de quinze dias a seis meses de prisão, e a lei evidenciava o machismo da época ao cunhar “mulher honesta” e condenar a traição pelas esposas, ao mesmo tempo em que a sociedade permitia tal tipo de conduta pelos homens.

Por fim, o vigésimo quinto capítulo, “A filosofia da vida moderna”, destaca a importância com o equilíbrio emotivo, mental, fidelidade, personalidade, aparência, confiança, modéstia, presença de espírito, cordialidade, prestabilidade, linguagem, humor e, acima de tudo, sinceridade, requisitos essenciais para uma mulher moderna. De acordo com Del Priore (2013), este deveria ser o “papel” social preponderante da mulher. Sua função consistia em gerar e conduzir esses futuros cidadãos à moral e aos deveres cívicos, ou seja, tornavam-se responsáveis pelo progresso e a força da nação.

Independentemente dos abusos sofridos, da imposição social, pelo marido, pela família e até mesmo pelas regras de etiqueta e civilidade, a função da mulher estava centrada no cuidado e na harmonia da casa. Cabia a ela manter a existência moral humana.

Civilidade ou Código das Boas Maneiras

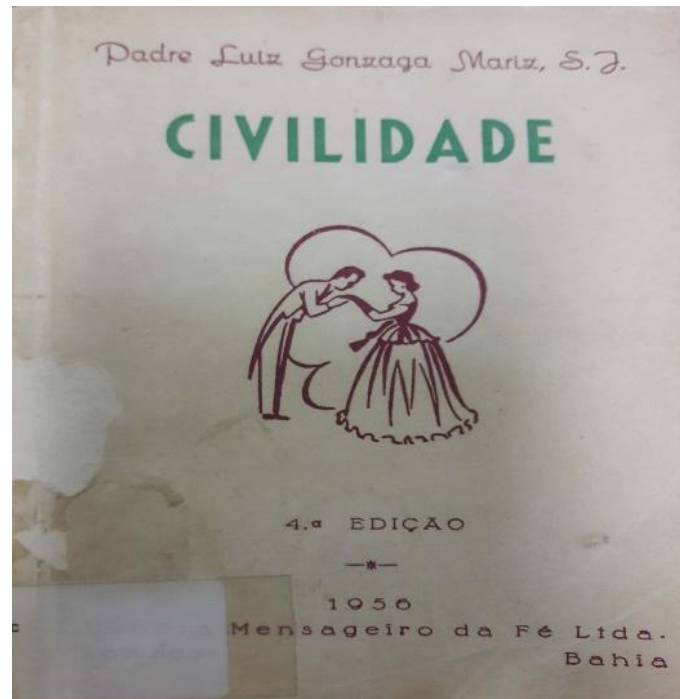
O segundo manual, intitulado Civilidade ou Código das Boas Maneiras de autoria do Padre Luiz Gonzaga Mariz, S.J. de 1956, foi reeditado quatro vezes no Brasil. A primeira edição não foi encontrada, a segunda edição foi lançada em 1949 e a terceira em 1961. Dessa forma, o manual tinha como finalidade a

Manuais de Etiqueta e Civilidade e sua Influência na Condução Social

Feminina no Brasil (1940-1960)

domesticação dos homens. Como citado no prefácio da obra, “a civilidade é a civilização do homem como a civilização é a domesticação dos homens” (MARIZ, 1956, p. 05). Nessa perspectiva, a obra está organizada em três capítulos e possui 127 páginas (figura 2 a; b).

Figura 3 – Capa do manual *Civilidade ou Código das Boas Maneiras* do padre Luiz Gonzaga Mariz, S.J de 1956



Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

Figura 4 – Excerto do manual civilidade

A *maquilagem* era malvista, sobretudo em certas rodas sociais. A pessoa que usava muito ruge, rímel nos olhos e unhas com esmalte forte era sempre criticada. Hoje, essa crítica não tem o menor sentido. Uma senhora pode usar todos esses artifícios, e, se não o faz, ou é por vaidade ou porque a moda o recomenda, o que vem a dar no mesmo. Uma senhora que não se pinta chama tanto a atenção geral, como, em tempos idos, a que se pintava demais. Claro que esses detalhes femininos devem ser feitos no instituto de beleza ou em casa. Mas se uma senhora percebe que lhe falta baton nos lábios, pode retocar a cor dos lábios diante de outras pessoas, em ambiente fechado seja num salão, seja num teatro ou num restaurante. Para pó de arroz – se o nariz está brilhando – é necessário que se dirija ao toalete, porque o pó exige pompom e uma parte dele cairia ou na toalha de mesa ou mesmo sobre a roupa ou o vestido das pessoas que estão a seu lado. Para evitar tal inconveniente, são muito usados hoje os estojos de pó de arroz compacto. Assim, também, ninguém se lembraria de refazer o esmalte das unhas em público, mesmo que ele se tenha estragado na hora. Meninas até a idade colegial – digamos 16 ou 17 anos – devem evitar maquilagem e unhas com esmalte forte.

Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

Para análise da obra, é preciso lembrar ao leitor (a) que a década de 1950 foi considerada um marco para a modernidade denominada de Anos Dourados. No país, emergia uma “política desenvolvimentista” e intensificava-se o aumento das indústrias brasileiras, a população do campo migrava para as cidades devido ao novo panorama social. Surgia, assim, um novo modelo de sociedade.

Aumentavam os números de escolas e, na reestrutura do sistema escolar brasileiro, erguia-se uma nova bandeira rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Esse fato esteve relacionado à necessidade de escolarização que consistia em um dos fatores de extrema importância para quem estivera no poder. No mesmo ano da reedição deste manual, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil com o slogan “50 anos em 5”. Então, o país passou a viver uma nova era, em que as tecnologias começavam a “invadir” os lares da classe média.

No entanto, o modelo feminino estava enraizado na ideia da “moça de família”, em quem os pais investiam, dando uma educação que as preparasse para serem boas donas de casa, hábeis para o casamento, afinal, não casar era considerado um grande fracasso. Nesse cenário social, o comportamento feminino deveria ser controlado e manipulado a todo instante. Com medo de ser abandonada pelo marido e de ser julgada pela sociedade, tornava-se comum a mulher abandonar sua “vida profissional”, ao casar-se, ou com a chegada do primeiro filho.

As mulheres passavam a ser uma propriedade do marido, a “esposa de”, e deveriam dedicar-se aos afazeres do lar, já que esta era sua “profissão” e vocação. O divórcio não era aceitável, e sim considerado uma grande “infelicidade”. O bem-estar do marido, considerado o requisito fundamental da felicidade conjugal. Enraizados neste discurso, os guias de etiqueta social não eram somente uma forma de educar, mas, também, uma forma de transformar a submissão feminina em bons “modos”.

Mediante isso, a obra, ‘Civilidade ou código das boas maneiras’, do padre Mariz (1956), deixa explícita a necessidade dos deveres das mulheres com o cuidado do lar e sua responsabilidade com a fé e moral, conforme pode ser visto no fragmento:

A boa educação abrange todo homem, e o homem todo: como individuo, como cidadão, como religioso. Só é grande e prestimoso, quem, sem se esquecer de si, serve, serve a Deus e à Pátria. Serve à pátria, não só quem derrama o sangue no campo da batalha, mas também que valoriza a riqueza moral, intelectual e religiosa, pela atuação, bom exemplo e cortesia. A boa educação é um passaporte que nos franqueia as fronteiras de todos os corações. Ser bem-educado é possuir uma riqueza tal, que, por vezes, não basta o ouro de todos os Cresos para comprá-la. Ser bem-educado é um imperativo social. Mas corroborando este imperativo social. Mas corroborando este imperativo e sublimando- o está o maior de todos os mandamentos: a CARIDADE. E a caridade diz tudo o que há de grande no coração: nobreza, reverência, santidade, doação, generosidade e fidalguia (MARIZ, 1956, p. 10).

Fica implícito, neste fragmento, que a civilidade está fundamentada em

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

modelos disciplinares e hierárquicos, alicerçados em modelos religiosos e masculinos, ou seja, uma única hegemonia. Assim, os padrões aceitáveis estavam divididos em modelos aceitáveis para homens e mulheres. Partindo desse pressuposto, a obra está organizada em preceitos religiosos que serviram como base para educação nas escolas. A escola, como disseminadora de “armazenamento e transmissão de informação, teve sempre subjacente a ideia de correção do indivíduo, construindo um saber, definido externamente pelo poder e imposto internamente pelo mestre” (MENDES, 1998, p. s/p).

Com base nessas representações, o padre Luiz Gonzaga Mariz apresenta os caminhos que uma mulher deve tomar no ambiente escolar:

Evitem, para não passar por descorteses: mostrar vaidade no trajar e nas atitudes andar ou hirtas ou dengosas; ser duma susceptibilidade exagerada; julgar-se elegantes só porque pintadas; olhar-se ao espelho e empoar o rosto, na presença de quem quer que seja ;usar palavras baixas e termos triviais; repetir com frequência , a mesma palavra ou a mesma expressão; deixar transparecer inveja dos vestidos ou joias das companheiras; ser afetada e petulante; falar em voz estrídula e guinchada; imitar atitudes masculinas; cair na incorreção de não agradecer , quando recebem um favor; nas refeições, comer apenas gulodices; bater os pés e sacudir o corpo quando alteradas; roer as unhas; meter na boca o lápis, a caneta, a borracha; apontar, com a mão ou com dedo, para as pessoas que passam; não corresponder às saudações; cruzar as pernas, fazer trejeitos e deixar a língua de fora; segredar com as companheiras, diante de pessoas de respeito; usurpar o melhor lugar; ser egoísta ;amuar, ainda quando tenham motivos para tal; tratar rispidamente aos inferiores; não saudar os professores ao entrar na aula (MARIZ, 1956, p. 127).

Nesse sentido, a obra aponta, no primeiro capítulo, uma série de preceitos às mulheres como: apresentações e encontros, aperto de mão, beija-mão; dar abraço, honorários-gratificações, cedermos o lugar, escadas, passar de porta; passar um objeto; informações, muito obrigado, fora de casa, chapéus; luvas, guarda-chuva; fumar; saudações, automóvel elétrico ou auto-ônibus.

Nesses itens, fica evidente a preocupação em moldar o comportamento feminino, tanto nos ambientes privados ou públicos capacitando a para a vida moderna. Atenta-se para o fato, de que a obra está organizada de uma forma didática, a fim de disciplinar sistematicamente o comportamento feminino. A mulher moderna necessitava ser refinada para atender ao seu marido e promover a educação dos filhos.

No segundo capítulo, o autor apresenta os deveres sociais como o cuidado com a mesa; frutas; vinho; conversação à mesa; restaurante; asseio; vestuário-atitudes; conversação; hóspedes; reuniões; cartas; jogo; visitas; telefone; viagens; bailes; teatro-concertos. Mais uma vez, o que está intrínseco, por meio das “dicas” do padre Mariz (1956), não são simplesmente ideais de civilidade, mas deveres, disciplina e ordens que a “verdadeira mulher” deveria dominar para ser bem vista pela sociedade. Em relação a isso, Brás et. al (2014, p. 120) salienta que:

O pudor pretende-se inculcar um sentimento de vergonha em relação

ao que é considerado bons costumes. O pudor é outra categoria recorrente nos manuais de civilidade. Penetrando-se neste sentimento, consegue-se comprometer as pessoas com a ordem social vigente. Esta estratégia de disciplina dos corpos é eficaz porque dispensa a repressão do outro.

Essas regras auxiliariam na manutenção da estrutura familiar, facilitando as relações sociais, assim, os manuais auxiliam na educação de uma nova mulher indicando os caminhos que ela deveria seguir.

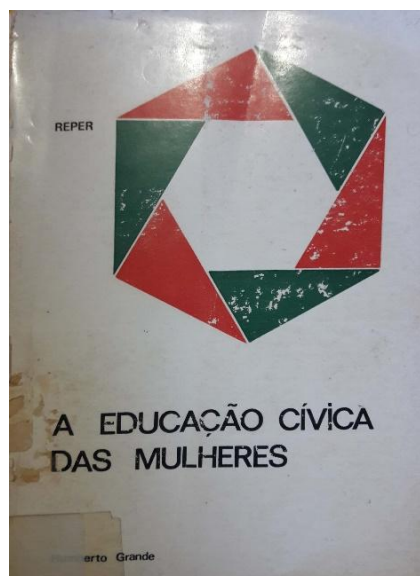
No terceiro capítulo, Mariz (1956) discorre sobre os deveres religiosos como: igreja; batizado; primeira comunhão; casamento; últimos sacramentos; honras fúnebres; luto e clero. Vale ressaltar que esses itens não são somente ideias para conduzir a moral e bons costumes, afinal, a igreja católica, nesse período, ainda possui uma enorme influência sobre a população brasileira, a ela que as famílias mais ricas recorriam para educar seus filhos (as). Logo, torna-se crucial aprender os preceitos cristãos.

Como descrito por Del Priore (2011, p. 28), a mulher vivia sob o controle da Igreja, sua beleza e sexualidade “inspirava toda sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças diabólicas que eles representavam na teologia cristã”. A Igreja aqui assume o papel de reguladora do corpo feminino, uma vez que a sexualidade da mulher era vista como perigosa e incontrolável.

A Educação Cívica das Mulheres

A obra, “A Educação cívica da Mulheres”, do professor Humberto Grande, de 1967, está organizada em cinco capítulos, no total de 174 páginas (figura 4 a; b). Segundo o autor, a obra é indicada às mulheres com a finalidade de dirimir as lacunas na grande missão da mulher no mundo contemporâneo em que se busca instruir a mulher brasileira na sua missão com o país e vocação para o cuidado do lar.

Figura 5 – Capa do manual A Educação Cívica da Mulher, de Humberto Grande, de 1967



Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker



Figura 6 – Excerto do manual de civilidade

Mas a mulher só alcançou definitivos triunfos por ocasião da Revolução Industrial no século XIX. Inicia-se, então, nasce, com muita força, o movimento sufragista e o movimento feminista. A mulher consegue afirmar os seus direitos.

Na época atual, realmente, a mulher adquiriu consciência da sua liberdade e direitos, mas olvidou um pouco os seus deveres e obrigações. Eis aí, em parte, a causa da tragédia contemporânea. Não há dúvida que foi bom que o sexo feminino se emancipasse, vencesse a sua escravidão, a servidão ao homem. Nem por isso, agora, deve hostilizar o seu companheiro, ou inverter a situação, oprimindo o sexo masculino em revida ao mal que ele lhe fez em outros tempos. . .

A grandeza da mulher está, pois, em ela tomar consciência dos seus deveres e obrigações para com a sociedade, para com a espécie. A mulher mãe, a mulher educadora dos filhos, a mulher esposa são funções que só ela mesma pode exercer.

Não podemos alongar-nos em tais considerações. Somos obrigados a comprimir ao máximo a ampla matéria do nosso estudo. O que importa é mostrar que em certa altura, a mulher perdeu o equilíbrio e desviou-se do seu verdadeiro caminho, quando, por exemplo, a emancipação começou pela imitação. Como observou Durant, as mulheres “um a um foram assimilando os hábitos, bons ou maus, do macho tradicional e já fora de moda; imitaram-nos na fumaça, nas profanações, no agnosticismo, no corte dos cabelos, no vestuário; as calças deixaram de ser distintivo masculino. O convívio diário efeminou os homens e masculinou as mulheres; ocupações iguais, ambientes os mesmos, estímulos idên-

Fonte: Biblioteca da Universidade Franciscana – UFN.

No primeiro capítulo, Grande (1967) apresenta a importância com a educação cívica, que considera crucial para coletividade. O autor enfatiza que é preciso uma educação cívica às mulheres, pois, diversos órgãos como as Nações Unidas estão enviando esforços para obter o reconhecimento da igualdade. Porém, a mulher como cidadã deve cumprir com seus deveres para ter direitos cívicos.

No período da ditadura, tornava-se obrigatório aos professores (as) as práticas educativas morais e cívicas. A ideia era que a escola se incorpora do novo modelo de política. O discurso todo estava voltado para transmitir o desejado modelo baseado na moral e cívica. Vale novamente reforçar que existia, nesse período, uma enorme preocupação com a formação política dos cidadãos brasileiros no contexto da Ditadura Militar, tornando obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica.

A fundamentação sociológica da educação cívica das mulheres está na compreensão exata do papel que a mulher deve desempenhar na sociedade, isto é, na família, na vida profissional e na vida pública. E isto não é fácil, enquanto os homens sabem o que lhes cumpre fazer na esfera pública, onde exercem atividades administrativas e políticas do estado, as mulheres enfrentam sérios problemas para definir a sua função social, dificultando-lhe o decidir-se pelo lar ou pelo trabalho fora do lar, sem olvidar que também podem integrar esses diferentes círculos de atividades na conduta (GRANDE, 1967, p. 27).

O segundo capítulo, o autor destina à mulher e ao lar enfatizando a importância da educação da mulher como objeto direto para o funcionamento

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker



da família moderna. Seja uma boa menina, tenha modos, educação, aprenda a ser obediente e terá um bom casamento. Esta se tornava a principal lição que as famílias transmitiam para as meninas e moças. Não casar era visto como algo inaceitável e significava o fracasso na vida de mãe e filha. A “grandeza da mulher está, pois, em ela tomar consciência dos seus deveres e obrigações para com a sociedade, para com a espécie. A mulher mãe, a mulher educadora dos filhos, a mulher esposa são funções que só ela pode exercer” (GRANDE, 1967, p. 56).

Uma mulher solteira estava condenada a rótulos, correndo o risco de se tornar um fardo para os familiares. As solteironas “são dignas de pena; mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina” (PINSKY, 2012, p. 478). O casamento era percebido como a única forma de “realização”, e a maternidade, uma “dádiva” de Deus. O sonho com o casamento estava personificado na figura de um marido protetor que salvaria dos “perigos” do mundo, ou seja, a chave para a felicidade estava muito presente nos discursos. A “salvação da mulher está no homem. Ela não pode viver sem ele e vice-versa. A mulher vitaliza a sua essência com carícias, afetos, amor, atenção, cuidado constante e muito cultivo masculino” (GRANDE, 1967, p. 58).

A metade do século XX se traduz para as mulheres como um destino: o matrimônio e a maternidade. Ser a esposa de..., mãe de..., eram processos naturais, sua principal referência e identidade.

O terceiro capítulo, “A mulher no trabalho”, ressalta a importância de seus esforços para o desenvolvimento e progresso do país, embora sua vocação maior fosse o cuidado dos filhos e do marido. Percebe-se que se a inferioridade da mulher estava afirmada, portanto, tornava-se necessário naturalizar sua subordinação:

Assim deixou de ser escrava do homem, conquistou a sua liberdade e emancipou a sua inteligência, podendo viver a sua vida com independência, e seguir, nas relações sociais, os seus impulsos afetivos e sentimentais, se bem que, como afirmou Maranhão, ao emancipar-se a mulher, será o homem, aquele que, em realidade se emancipa (GRANDE, 1967, p. 82).

Mediante o fragmento, percebe-se que, para entrar no mundo do trabalho, a mulher perde sua docilidade, beleza e fragilidade, pois somente masculinizando-se conseguirá atingir sua liberdade.

No quarto capítulo, “A mulher e o desenvolvimento econômico”, o autor destaca a importância da mulher como companheira de seu marido, não devendo lhe oportuna com ciúmes ou questões cotidianas. Tudo deve ser pensado pelo bem-estar social da família, cabe a mulher compreender seu papel dentro desse processo, seja cuidando do lar ou no mercado de trabalho auxiliando para o progresso econômico. Porém, o autor adverte para o cuidado na escolha profissional que deve ser no sentido de prevalecer a moral e os valores. Aqui, pode-se subentender que o autor está se referindo às profissões de professora e enfermeira, profissões consideradas dignas para as mulheres.

No quinto capítulo, “A mulher na comunidade Mundial”, Humberto Grande descreve a respeito das Organizações Unidas, Direitos Internacionais e o

panorama da realidade mundial. Nesse cenário, o Brasil na década de 1960, é invadido pela televisão nos lares brasileiros, com a necessidade de imprimir um modelo de valores morais.

Considerações Finais

Neste trabalho, procurou-se entrecruzar as regras de comportamento com a História. Verificou-se que, embora a instrução fosse considerada um bem cultural, o real sentido da educação feminina estava voltado para o bom desempenho doméstico e social. No Brasil, 1940-1960, os preceitos que orientavam a educação feminina reproduziam o ideal de conceber as mulheres como guardiãs do lar e destinadas para a maternidade. O ideal materno acompanhava o protagonismo feminino.

Nesse contexto, educadas eram as mulheres que sabiam receber convidados, obedecer ao marido, pais e irmãos, vestir-se adequadamente, falar corretamente e em voz baixa, cuidar bem da família, saber comportar-se em público. Educação não era sinônimo de instrução ou profissionalização, mas uma qualidade que revelava a aptidão em viver num mundo social impregnado de regras e comportar-se com adequação era corresponder às normas sociais vigentes.

Os três manuais analisados, *Etiqueta Social: como obter e desenvolver o encanto e a personalidade* (1943); *Civilidade ou Código das Boas Maneiras* (1956); *A Educação cívica das mulheres* (1967), evidenciam o discurso que legitimava e normatizava o comportamento feminino. Eles eram consultados por mulheres de elite que neles se espelhavam para desempenhar papéis comportamentais na sociedade e permitiram descrever fragmentos esparsos da vida das mulheres, pelo grande número de regras sociais que normatizavam seu comportamento.

O manual *Etiqueta Social: como obter e desenvolver a personalidade* (1943), deixa explícito que cabia à mulher educar os filhos, cuidar da casa, receber bem e saber portar-se em ocasiões sociais. Por consequência, o referido manual tem um significado que vai além do saber se portar “encanto e a personalidade”, representavam o êxito na vida, isto é, tudo que uma mulher deveria saber para conseguir um bom casamento e mantê-lo, elevando, dessa maneira, a figura do homem, o responsável pela segurança econômica do lar, competindo a ela uma boa educação para seus herdeiros.

O manual *Civilidade ou Código das Boas Maneiras* (1956), deixa claro a necessidade dos deveres das mulheres com o cuidado do lar e sua responsabilidade com a fé e moral. As mulheres eram uma propriedade do marido, a “esposa de”, e deveriam dedicar-se aos afazeres do lar, já que esta era sua “profissão” e vocação. O divórcio não era aceitável, e sim considerado uma grande “infelicidade”. O bem-estar do marido, considerado o requisito fundamental da felicidade conjugal. Enraizados neste discurso, os guias de etiqueta social não eram somente uma forma de educar, mas, também, uma forma de transformar a submissão feminina em bons “modos”.

O manual *A Educação cívica das mulheres* (1967), é dedicada às mulheres com a finalidade de dirimir as lacunas na grande missão da mulher no mundo contemporâneo em que se busca instruir a mulher brasileira na sua missão com o país e vocação para o cuidado do lar.

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker



Referências

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação; missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dervival (*et al.*). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3.ed- Campinas: SP: Autores Associados, 2014, p. 86 – 146.

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral; WITTER, Nikelem. **Quatro décadas de comportamento feminino**: Manuais de etiqueta e civilidade para donas de casa (1940-1970). Curso de História Santa Maria –RS- Monografia Universidade Franciscana, 2015.

BRÁS, José Viegas; GONÇALVES, Maria Leal; DIAS, José Hernandez Dias. Pensar o homem como corpo: a cunhagem simbólica em Portugal e Espanha (século 19). **Hist. Educ.** v. 18, n. 43, p. 109 – 126, 2014.

CASTANHO, Iracema Soares. **Etiqueta social**: como obter e desenvolver o encanto e a personalidade. São Paulo, SP: Universitária, 1943.

CECCHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal (1920-1960). In: **Anais X Simpósios Internacional Processo Civilizador**. UNICAMP FEF, Campinas- SP, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1988.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: ed. Planeta do Brasil, 2013.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias intimas sexualidade erotismo na história do Brasil**. São Paulo: ed. Planeta do Brasil, 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 223 – 240.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1939.

GRANDE, Humberto. **A educação cívica das mulheres**. Rio de Janeiro, RJ: ed. Reper, 1967.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico profissional da Educação Física. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. (Org.). **Educação Física e gênero**: desafios educacionais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013, p. 23 – 44.

JUNIOR, João Muniz. A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho. **Caderno Espaço**

Feminino, v. 27, n. 2, p. 46 – 72, 2014.

MENDES, ANÍBAL JOSÉ DA TRINDADE JESUS. **A educação do mundo moderno**. 1998. Dissertação – Faculdade de Covilhã, Portugal, 1998.

MARIZ, Luiz Gonzaga. **Civilidade ou código das boas maneiras**. 4. ed. Salvador: Mensageiro da Fé, 1956.

MOTTA, Alda Brito. Elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro (RJ): ed. Objetiva, 2001.

PEREIRA, Daniela Scridelli. **Em busca do refinamento**: um estudo antropológico da prática da etiqueta. São Paulo: Annablume, 2006.

PILLA, Maria Cecília Amorim Cunha. **A arte de receber distinção e poder à boa mesa 1900-1970**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org. *et al*). **História das mulheres no Brasil**. ed. Contexto- São Paulo, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: DEL PRIORE, Mary (Org. *et al*). **História das mulheres no Brasil**. ed. Contexto - São Paulo, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010.

SILVA, Ana Cristina. da. **O vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia (1890-1920) – a partir da análise da coleção do museu Henriqueta Catharino em Salvador- BA**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana.

REVEL, Jaques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. ed. Cia das Letras, v.3 - São Paulo, 2009.

Recebido em 28 de novembro de 2018.

Aceito em 08 de julho de 2019.

Gláucia da Rosa do Amaral Alves, Elsbeth Léia Spode Becker

